

PERSPECTIVA

Ciclos Findos e os Doutores: o perigo de extinção do povo Karipuna de Rondônia (e o que a Academia pode fazer)

Por **Rafael Ademir Oliveira de Andrade**
profrafaelsocio@gmail.com

Às margens do rio Jacy-Paraná, onde a floresta se debruça sobre a memória dos povos originários, o povo Karipuna resiste a uma ameaça que se renova a cada novo ciclo de exploração da Amazônia em Rondônia: a extinção. Não uma extinção natural, fruto de um ciclo histórico inevitável, mas a consequência brutal de um conjunto de violências acumuladas, sistemáticas e políticas, uma intencionalidade de extinção, uma necropolítica (Mbembe, 2016). Este ensaio parte de dados recentes e de reflexões desenvolvidas para problematizar o perigo iminente que ronda os Karipuna, povo originário que habita a região norte do estado de Rondônia, cuja sobrevivência está diretamente ligada à integridade de seu território, à continuidade de sua cultura e à presença concreta do Estado brasileiro em ações de proteção, e não de omissão.

Em 2004, os Karipuna contavam com apenas 14 sobreviventes (ISA, 2025). Quase vinte anos depois, apesar dos registros mais otimistas indicarem



Rafael Andrade é professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade Federal de Rondônia

PERSPECTIVA

cerca de 60 pessoas, dados atualizados em junho de 2025 estimam a população em apenas 30 indivíduos. A discrepância nos números, longe de ser apenas uma falha metodológica, reflete o apagamento institucional e o descompromisso com a vigilância qualificada de povos em situação de vulnerabilidade extrema. E mais, ao passo que a população indígena cresce no Brasil (IBGE, 2022) - como por exemplo os Karitianas que passaram de aproximadamente 342 indivíduos em 2013 para mais de 400 em 2024 - os Karipunas estão em decréscimo populacional, indo em caminho ao etnocídio.

No campo, é possível perceber que cada nascimento é uma conquista política, cada morte, uma ameaça ao futuro do grupo. O risco de desaparecimento não é apenas demográfico, mas cultural e simbólico. Os Karipuna representam um dos poucos remanescentes dos povos de língua Tupi-Kawahiva, e sua existência carrega uma memória milenar da Amazônia. Adriano Karipuna em seu livro “Da Floresta para o Mundo” (2021) aponta que os Karipunas não possuem mais seus “xamãs” que graças ao avanço do não indígena sobre suas terras e culturas as violências abarcam todas as esferas de suas vidas.

O principal vetor da ameaça reside na violação constante de seu

território. A Terra Indígena Karipuna, homologada em 1998 com mais de 152 mil hectares, tem sido alvo recorrente de grileiros, madeireiras e pecuaristas. Nos últimos anos, líderes indígenas denunciaram a instalação de serrarias, a abertura de pastos e a circulação de gado dentro da terra demarcada. A cada árvore derrubada, não se perde apenas um recurso natural, mas um elo da rede de significados que estrutura a relação dos Karipuna com a floresta. O território é o livro onde se inscrevem os saberes, os mitos e as práticas cotidianas. Quando a mata é invadida, é a própria narrativa do povo que se rompe, assim como caminhamos para sua morte.

O cerco não se dá apenas pela via da devastação ambiental, mas também por formas mais sutis e persistentes de violência: ameaças de morte, racismo, omissão do Estado, criminalização das lideranças e abandono institucional (ANDRADE et al., 2024). As violações formam uma taxonomia das agressões aos direitos dos Karipuna e tratam-se de um conjunto articulado de pressões que afetam não só a base material da vida, mas o direito de existir como povo diferenciado. O avanço do agronegócio, as tentativas legislativas de flexibilizar o marco temporal e a morosidade nas ações de desintrusão são expressões contemporâneas de um colonialismo persistente (Andrade; Fernandes, 2024).

PERSPECTIVA

O risco de extinção, portanto, não é apenas biológico. Ele se expressa em três dimensões interligadas. A primeira é demográfica: populações com menos de cem indivíduos estão estatisticamente vulneráveis a epidemias e à erosão genética. A segunda é territorial-ecológica: sem o acesso integral ao território, torna-se inviável manter os modos tradicionais de caça, pesca, coleta e plantio, o que compromete a segurança alimentar e rompe com os ciclos culturais. A terceira é cultural-linguística: a língua dos Karipuna, já severamente ameaçada, corre o risco de desaparecer com a morte dos últimos falantes. Cada um desses aspectos, por si só, representaria uma urgência. Juntos, configuram um quadro de extinção funcional, no qual o povo pode continuar a existir apenas como nome em documentos ou como símbolo em relatórios oficiais, sem presença viva.

Entretanto, é preciso reafirmar que os Karipuna não são sujeitos passivos diante de sua própria história. São protagonistas de uma luta que se dá em múltiplos níveis: jurídico, político, ambiental e espiritual e que passa por ações integradas: fortalecimento da vigilância territorial, apoio à agroecologia indígena, políticas de revitalização linguística e alianças internacionais que tornem visível o genocídio silencioso em curso,

conforme destacamos a fala do procurador Lobo “Eu acho que se pode falar em uma pretensão de genocídio do povo karipuna, com o objetivo de invadir a TI, tirar os índios e ocupar a área. Para mim pode não ser um genocídio propriamente pela Lei Penal, mas é uma forma de genocídio do ponto de vista de direitos humanos. E também não afastamos a possibilidade de um genocídio do ponto de vista da lei penal, porque estas pessoas madeireiros e grileiros têm armas e muitas vezes são violentas. Então, pode haver genocídio, morte, violência” (Aranda, 2017).

O ataque aos Karipunas não é uma falha no sistema, ela é o sistema agindo como deve ser. É mais uma face da crise educacional que é um projeto de alienação. A mesma alienação que nos abarca em todos os níveis: do rondoniense que mesmo com sangue indígena nas veias é a favor de “tirar os índios das terras” e que age como um papagaio dos mais ignorantes e racistas seres da nossa política, se tornando também um racista, mas também está presente no ciclo autofágico verborrágico da Academia superior, formando “doutores que formam doutores em discursos sobre discursos” que apesar de todo apelo étnico-racial em seus artigos, não são capazes de escrever um projeto, concorrer em um edital (esses superegos odeiam perder)

PERSPECTIVA

para captar um real que seja aplicado na TI Karipuna ou apoiando suas lideranças.

Pois a concorrência é desleal: os editais são vencidos pelas instituições do sul-sudeste que exploram a amazônica intelectualmente e vêm o indígena enquanto um exógeno gerador de títulos. Precisamos que aqueles que apoiam a causa indígena na Academia estabeleçam redes entre si e com as populações de fato e que exijamos nosso espaço em cada edital, nem que seja para perder ou captar menos recursos. Ficar sentado em nossos bancos e mesas redondas é gostoso, temos o ego massageado, mas mais importante ainda é escrever para os outros/com que precisam.

Urge a necessidade de uma ciência que se apegue de fato aos movimentos indígenas. E neste apego não devemos ter como interesse nos tornar os nativos (pois é impossível e até desonesto tentar fingir que falamos suas línguas e entendemos seus rituais) e sim fazer o que faz um(a) cientista: pesquisar, redigir projetos, captar bolsas, criar redes/conexões e evidenciar o que está sendo feito de errado e propor mudanças. De nós é isto que as comunidades pedem, que possamos retornar em ações práticas os títulos que conseguimos, muitas vezes, com estudos unilaterais. Fica a (auto)crítica e o convite para a união.

Referências

- ANDRADE, Rafael Ademir Oliveira; FERNANDES, Estevão Rafael. Desenvolvimentismo, Colonialidades e Necropolíticas em Rondônia, Brasil: Violações de Direitos Humanos de Povos Indígenas (2008-2018). **Em Tempo**, v. 24, n. 1, p. 98-119, 2025. Disponível em: <https://revista.univem.edu.br/emtempo/article/view/3643> . Acesso em: 06 ago. 2025.
- ANDRADE, Rafael Ademir Oliveira; DE SOUZA MORET, Artur; DOS SANTOS, Jean Carlo Silva. Policing Indigenous Lands Impacted by Hydroelectrical Dams in the Brazilian State of Rondônia. In: RICCIO, Vicente; CUNHA, Guilherme Lopes da. **Policing the Amazon**. London: Routledge, 2024. p. 102-108.
- ARANDA, Ana. **Povo Karipuna vive iminência de genocídio em Rondônia**. Porto Velho: Conselho Indigenista Missionário. 2017. Disponível em: <https://cimi.org.br/2017/09/povo-karipuna-vive-iminencia-de-genocidio-em-rondonia/> . Acesso em: 06 ago. 2025.
- IBGE. Censo dos Povos Indígenas 2022. Brasília: IBGE, 2022.

PERSPECTIVA

ISA. Karipunas de Rondônia. Brasília:
Instituto Socioambiental, 2025,

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaio**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169> . Acesso em: 18 ju. 2022.

KARIPUNA, Adriano. **Da Floresta para o Mundo**. Porto Velho: [s.n.], 2021.

Redação: Rafael Ademir Oliveira de Andrade

Foto: Rafael Ademir Oliveira de Andrade

Diagramação: Pedro Ivo Silveira Andretta

Sobre o autor:

[Rafael Ademir Oliveira de Andrade](#)

Professor do Centro Universitário São Lucas. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade Federal de Rondônia. Pesquisador e Coordenador do Laboratório de Pesquisa em Populações Negligenciadas da Amazônia - LEPONA. Pesquisador Associado ao grupo de pesquisa "Biotecnologia e Educação Aplicadas à Saúde Única: Pesquisa e Conhecimento de Excelência na Amazônia Ocidental (CONEXAO)" da Fundação Oswaldo Cruz Rondônia. Doutor em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Mestre em Educação e Bacharel em Sociologia pela Universidade Federal de Rondônia. Pós-Doutor em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Rondônia.